



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO NA ESCOLA

Maria Cleide Cezário dos Santos¹

Sandro Moretti Silva

Anejna Cecília dos Santos Costas

Maryedja Priscilla Santos Lima

Jouse Greyce Maria dos Santos²

Orlando José de Assis

RESUMO

As dificuldades de aprendizagem requer um estudo abrangente face as suas dificuldades e implicações, de modo que este trabalho tem o objetivo de analisar o porquê de na escola pública ainda não ter o psicopedagogo como um profissional permanente para uma efetiva contribuição no processo de ensino do aluno com necessidades especiais de aprendizagem, para isso, será realizada uma pesquisa mista, onde será abordado o aspecto qualitativo e quantitativo desse trabalho, fazendo um levantamento da quantidade de alunos portadores dessas necessidades e qual a importância do psicopedagogo nesse contexto. Essa é uma questão que remete a um trabalho multidisciplinar, entender o papel desse profissional e sua contribuição no diagnóstico e intervenção na realidade desses alunos é de fato relevante, assim como a implantação e manutenção da educação inclusiva como parte integrante desse processo, para que seu trabalho diante das dificuldades apresentadas na escolarização possa ser efetivo, garantindo, ao mesmo tempo, reflexão e mudança de postura diante do entendimento desse espaço de atuação.

Palavras-chave: Dificuldade de aprendizagem. Psicopedagogo. Inclusão. Intervenção.

¹ E-mail: cleidesantos_prof@hotmail.com

² E-mail: Jouse Greyce Maria

1.INTRODUÇÃO

necessidades educacionais especiais desses alunos (BRASIL, 2008).

Esse trabalho surgiu a partir da observação de uma sala de aula especial montada em uma escola estadual na cidade de Cajueiro-Al, onde pude observar desde o ingresso da criança na escola até a sua permanência e saída após o período de aula diário e de como isso se dava, qual a motivação que levava os pais e esses alunos a ingressarem na escola a fim de obter instrução formal, em que condições a escola recebe esses alunos, desde a estrutura física até a humana, visto que uma criança com TDAH tem dificuldade de adequação aos horários, pois, chegam depois das outras salas e saem bem antes e a escola de um modo geral precisa encontrar soluções que venha a adaptá-lo a rotina diária, identificando o tipo de transtorno para que se faça uma aplicação dentro da especificidade.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva esclarece que:

[...] a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às

Assim, surgiu à necessidade de se analisar o porquê de na escola pública ainda não ter o psicopedagogo como um profissional permanente para uma efetiva contribuição no processo de aprendizagem do aluno portador de necessidades educacionais especiais através de uma educação inclusiva e assim torná-lo como parte integrante desse processo. Por que ainda há salas separadas? Por que as crianças ainda são tratadas como “diferentes” e por isso encontrem-se juntas no mesmo espaço e não interagindo com outras crianças? É preciso fazer com que as crianças se apropriem do saber, se sintam inseridas na sociedade como ser atuante, capaz de aprender, trabalhar e ser feliz, quebrando assim preconceitos, estereótipos e qualquer tipo de discriminação, sentindo-se como parte integrante da sociedade. As dificuldades de aprendizagem podem ser entendidas como obstáculos ou barreiras, encontrados por alunos durante o período de escolarização, referentes à captação ou assimilação dos conteúdos propostos. Elas também podem ser definidas como “um grupo heterogêneo de desordens manifestadas por dificuldades significativas, na aquisição e utilização da compreensão auditiva, da fala, da leitura, da escrita e do raciocínio matemático”. (MACHADO; CAPELLINI, 2012).

Nesse contexto as dificuldades geradas, muitas vezes pela desinformação e despreparo

da maioria das pessoas envolvidas com o ensino público (servidores, professores e estudantes), é um obstáculo na inserção dos alunos com dificuldade de aprendizagem, visto que o ambiente educacional se torna desfavorável ao aprendizado e à socialização. Pois, de acordo com Weiss e Cruz (2009, p. 68); “O ambiente escolar, por sua vez, é tradicionalmente caracterizado por excluir os diferentes, aqueles que não se encaixam nos padrões rígidos do aluno ideal para quem são feitos os programas e planos de ensino”. Consequentemente é de se pressupor que os alunos que tenham distúrbios funcionais de aprendizagem estejam radicalmente excluídos, o que se leva a repensar a prática do profissional e o que se quer alcançar com a educação inclusiva

2. UM OLHAR ALÉM DA DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM

É desafiante estudar as dificuldades de aprendizagem nas séries iniciais, pois cada pesquisa que se faz a cerca desse tema nos remete a conceitos diferentes, uma vez que o mesmo vem assumindo uma importância muito grande com os novos estudos e pesquisas, além de que se faz necessários entender como esse tema vem influenciando a vida dos alunos, pois, muitas vezes os portadores do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) são confundidos como rebeldes, desinteressados,

retardados e etc.. Qualquer uma dessas situações caracteriza o portador desse transtorno, tendo em vista que as mesmas contribuirão para a defasagem no aprendizado, pois, a criança com TDAH, sempre terá dificuldades de adequação a rotina da escola e impossibilidade de concentração. Assim, se faz necessário que o educador busque sugestões simples que possam contribuir para a identificação do transtorno e uma aplicação correta do conhecimento a fim de suprir as falhas na aprendizagem.

As necessidades educacionais especiais são condições definitivas ou transitórias e necessita de vários recursos e estratégias por parte da instituição e sabemos que a escola pública ainda mantém uma deficiência muito grande nesse sentido, a municipal não possui habilidade nenhuma, nem material, nem pessoal e a estadual possui uma sala específica, professores “treinados”, porém, emperra nos mais diversos aspectos. De acordo com Glat e Blanco (2009, p.25) “são demandas exclusivas dos sujeitos que, para aprender o que é esperado para o seu grupo referência, precisam de diferentes formas de interação pedagógica e/ou suportes adicionais”.

É importante salientar que o fato de existir a deficiência não implica em dificuldades de aprendizagem, nem alunos que apresentam distúrbios de aprendizagem são necessariamente pessoas com deficiência. Entretanto, ambos os grupos têm necessidades educacionais especiais, exigindo recursos

diferenciados para a sua educação escolar.

Nesse sentido, compreende-se que:

“A inclusão é uma visão, uma estrada a ser viajada, mas uma estrada em fim, com todos os tipos de barreiras e obstáculos, alguns dos quais se encontram em nossas mentes e em nossos corações”. (MITTLER, 2003. p.21). O ingresso na educação tornou-se mais acessível, todavia, a permanência dos estudantes com necessidades educacionais especiais tem sido uma batalha constante. Assim, é fundamental pensar e refletir que nem sempre as dificuldades ocorrem por causa do ensino, mas por problemas com a socialização e com a aceitação de que somos diferentes, e que nem todos aprendem com as mesmas estratégias ou recursos didáticos.

Do mesmo modo, há que se reconhecer que sem recursos específicos, o aprendizado para estes alunos fica muito difícil. É preciso efetivar esses recursos, a educação inclusiva, a preparação do profissional, a presença do psicopedagogo na instituição de ensino para que se promova um ambiente favorável aos estudantes com necessidades educacionais especiais. Nos últimos anos, o movimento da educação inclusiva, que tem provocado grandes transformações no sistema educacional brasileiro, também alcançou o ensino superior. Considerando que a universidade é responsável pela promoção da cidadania, deve oportunizar a educação para todos (CASTANHO; FREITAS, 2005).

Alguns autores, de acordo com seus estudos vai numerando e definindo as causas das dificuldades de aprendizagem, bem como alguns modelos:

2.2. MODELO COGNITIVO

A dificuldade de aprendizagem pode ser geral, quando a criança apresenta uma lentidão além do normal na realização de uma série de tarefas, ou específica, quando a criança apresenta uma dificuldade em uma área específica.

A identificação da dificuldade de aprendizagem se dá por meio de uma avaliação, na qual “é necessária a compreensão do que determinada tarefa propõe para o sistema cognitivo e a capacidade deste para lidar com elas”. (DOCKRELL; MCSHANE, 2000, p.12)

O modelo de análise das dificuldades de aprendizagem para os autores Dockrell; McShane (2000) contém três partes, que analisadas em conjunto contribuem para a compreensão e tratamento das dificuldades de aprendizagem.

A primeira delas se refere a tarefa, onde é possível através de uma análise verificar as habilidades implícitas necessárias para a realização com sucesso desta. A análise deve decompor uma tarefa extensa em tarefas menores. A identificação de subtarefas permite saber até que ponto uma criança com dificuldade de aprendizagem pode realizar

cada subtarefa e com isso tentar identificar precisamente a possível natureza exata da dificuldade de aprendizagem.

A segunda parte se refere a criança, que é a pessoa que está com a dificuldade de realização da tarefa. A avaliação deve envolver métodos de avaliação das habilidades cognitivas atuais da criança junto com qualquer outro aspecto psicológico.

O ambiente se refere a terceira parte dessa análise, pois é o contexto externo no qual a dificuldade se manifesta, sendo que alguns aspectos do meio podem ser fatores agravantes na dificuldade de aprendizagem.

Várias são as causas das dificuldades de aprendizagem, uma delas é quando a criança apresenta uma “dificuldade cognitiva específica que faz com que seu aprendizado se torne mais difícil que o normal”. (DOCKRELL; MCSHANE, 2000, p.17)

Uma outra causa, é a que resulta de problemas educacionais ou do ambiente por não envolverem as habilidades cognitivas das crianças, sendo a de maior ocorrência.

Rutter (1975) apud Dockrell; McShane (2000) coloca que “há uma gama de variáveis associadas ao ambiente familiar que contribuem para as dificuldades de aprendizagem”. Os fatores podem estar ou não interligados, e independente da causa, as crianças com dificuldades de aprendizagem apresentam defasagem no processo em relação aos seus colegas.

2.3. MODELO NEUROLÓGICO:

Segundo Gadde; Edgeel (1994) apud Guerra (2004) a grande maioria das crianças com dificuldade de aprendizagem não tem lesão cerebral, apresentam dificuldades que demonstram que em alguma área ou áreas do cérebro apresenta algum distúrbio de funcionamento, devido a razões químicas, estruturais ou ainda alguma razão desconhecida, na qual o processo neural não se realiza facilmente.

Para que a aprendizagem ocorra é necessário bases neurológicas íntegras. Essa integridade encontra-se sempre ameaçada, pois cada movimento maturativo está sujeito a desafios à construção normal. “O equilíbrio morfológico e funcional que ocorre quando há vida e morte neuronal no processo de maturação pode ser ameaçado por alterações no código genético ou por influências do meio ambiente, família, escola e sociedade”. (FUNAYAMA; PENNA, 2000, p.13)

Conforme Funayama; Penna (2000) “a avaliação do que está interferindo no processo de aprendizagem deve envolver a análise dos fatores internos e externos, como e quando se instalaram, como evoluíram e como o sistema nervoso se organizou”.

Ainda de acordo com estes autores, a abordagem neurológica da criança com dificuldade de aprendizagem compreende a avaliação de aspectos de saúde gerais e neurológicos que possam estar influenciando a

aprendizagem. Para isso, utiliza-se de recursos como anamnese, exame físico geral, exame neurológico clássico, exame neurológico evolutivo, exame das funções corticais superiores e exames complementares (como por exemplo, hemograma, função tireoidiana, entre outros).

2.4. MODELO PSICANALÍTICO

De acordo com Fernández (1991) apud Nutti (2009) “a dificuldade para aprender é resultado da anulação das capacidades e do bloqueamento das possibilidades de aprender do indivíduo”.

Para a autora, “a origem da dificuldade relaciona-se a estrutura individual da criança e a estrutura”. As causas estariam relacionadas a: fatores externos, a estrutura familiar e individual, que originaria o problema de aprendizagem reativo, no qual o aprender é afetado, mas não há o aprisionamento da inteligência; fatores interno à estrutura familiar e individual, nos quais o problema é considerado como sintoma e inibição, há o desejo inconsciente de não conhecer; modos de pensamentos resultantes de uma estrutura psicótica; e decorrentes de deficiência orgânica., sendo estes dois últimos de um número pequeno de ocorrências.

Para Pain (1985) “o problema de aprendizagem pode ser considerado como um sintoma, onde o não-aprender não se configura como um quadro permanente porque é

integrante de um conjunto de comportamentos peculiares, no qual se destaca como sinal de descompensação”.

Assim, assinala a autora:

A hipótese fundamental para avaliar o sintoma que nos ocupa é não considerá-lo como significante de um significado monolítico e substancial, mas pelo contrário, entendê-lo como um estado particular de um sistema que, para equilibrar-se, precisou adotar esse tipo de comportamento que merecia um nome positivo, mas que caracterizamos como não-aprendizagem (PAIN, 1985, p. 28).

A aprendizagem para a autora não é o contrário de aprender, uma vez que, como sintoma está cumprindo uma função positiva integrativa. Para o diagnóstico de um problema de aprendizagem é necessário levar em consideração os fatores orgânicos, específicos, psicógenos e ambientais. (PAIN, 1985, p. 28). Os fatores orgânicos compreendem a análise da saúde do indivíduo, através de investigação neurológica, glandular e nutricional. Os fatores ambientais dizem respeito ao ambiente material do sujeito, as reais possibilidades que o meio lhe oferece, a qualidade, quantidade, intensidade e oferta de estímulos.

Os estudos relacionados à inclusão em todos os níveis de ensino e, mais recentemente, para os profissionais que atuam nas escolas de nível fundamental e médio, podemos enriquecer conhecimentos, reforçar o ânimo de luta por direitos e principalmente, mostrar a comunidade acadêmica a realidade, que

envolve a inclusão e a relevância da socialização, para a permanência do aluno com necessidades educacionais especiais no ensino, não qualquer ensino, mas um ensino humanizado e verdadeiro.

Considerando o processo de inclusão;

[...] de acordo com a nova visão de sociedade, de educação e de cidadania em relação à diversidade humana e as diferenças individuais – todas as pessoas devem ser aceitas e valorizadas pelo que cada uma possui para construir o bem comum, aprender e ensinar, estudar e trabalhar, cumprir deveres e usufruir direitos e ser feliz. (ANDRADE, PACHECO; FARIAS, 2006, p. 4).

Neste sentido, Ferreira (2007) complementa que “falar em diversidade é falar de oportunidade, flexibilidade, adaptações e respeito às limitações, dificuldades e necessidades especiais do outro.” Então, percebe-se que a acessibilidade transcende a supressão de barreiras, pois não significa apenas possibilitar que pessoas com deficiências se insiram num sistema de ensino, pois;

[...] incluir significa organizar e implementar respostas educativas que facultem a apropriação do saber, do saber fazer e da capacidade crítica e reflexiva; envolve a remoção de barreiras arquitetônicas sim, mas sobretudo das barreiras atitudinais – aquelas referentes ao “olhar” das pessoas normais e desinformadas – para que se promova a adequação do

espaço psicológico que será compartilhado por pessoas muito diferentes entre si. (CARVALHO, 1999 apud FERREIRA, 2007, p.44)

2.5.CONHECENDO A ESCOLA

A pesquisa será realizada na Escola Estadual Inaura Casado Costa, sediada à Avenida 22 de Maio, S/N, Centro- município de Cajueiro-Al – é uma instituição própria de Educação Escolar, pertencente à Rede de Ensino Oficial do Estado, mantida pelo Governo do Estado de Alagoas e subordinada técnica e administrativa à Secretaria Executiva de Educação – SEE, sob a jurisdição da Coordenadoria Regional de Ensino – CRE, 4ª, com sede no município de Viçosa.

A referida escola tem como gestora Lucimairy Silva Lemos (diretora geral) e José Ivan dos santos (diretor adjunto), como coordenadora pedagógica atua Rosimeire de melo Silva Paulino.

A atual escola surgiu em 1940 como “Escola Reunida”, não tendo diretor e não sendo considerada grupo, estando localizada onde hoje é o Clube Líteo Cajueirense.

Por volta de 1950, passou a ser considerada grupo com o nome de Escola de 1º Grau Presidente Roosevelt, em homenagem ao Presidente dos Estados Unidos de mesmo nome o qual enviara verbas para o Brasil, país aliado àquela nação durante a II Guerra Mundial. Quando o prefeito de Cajueiro, Antônio Palmery Soriano Melo, tomou posse

do cargo, pretendeu mudar o nome para Escola 22 de Maio, em alusão à data de emancipação política da cidade, o qual não foi aceito pela Secretaria de Estado da Educação que ratificou a permanência do nome já citado na primeira linha desse mesmo parágrafo.

Mais recentemente, no ano de 2000, com a implantação do ensino médio, a escola passou a ter a denominação de Escola Estadual Presidente Roosevelt.

Em 13 de dezembro de 2005, regido pela Lei número 6.642, recebeu o nome de Escola Estadual Inaura Casado Costa, em homenagem a uma grande professora desta rede de ensino, ofertando atualmente o ensino fundamental de 6º ao 9º ano, educação especial e ensino médio de acordo com a Legislação vigente, criada pelo Decreto nº 00-773-758-0001-62.

Com adequadas instalações físicas, em virtude da reforma e ampliação realizadas no ano de 2002, a escola conta com 09 salas de aula para o ensino regular, 02 para o atendimento aos alunos com necessidades especiais, 01 biblioteca, 01 sala de vídeo, 01 sala destinada a secretaria, 01 sala de professores, 01 sala destinada a coordenação/orientação, 01 diretoria, 01 cozinha com despensa, 01 almoxarifado, 13 banheiros (sendo 05 masculinos, 05 femininos, 02 para professores e 01 com acessibilidade para alunos especiais), 01 depósito de material de limpeza, 01 laboratório de informática, 01 laboratório de química, física e biologia e 01

amplo pátio para recreação e eventos, permitindo assim o funcionamento dos três turnos assim distribuídos: turno matutino ensino fundamental e educação especial; turno vespertino e noturno ensino fundamental e médio.

Os professores têm à disposição como equipamentos didáticos e pedagógicos 1 data-show, 1 retroprojetor, televisão, DVD e notebook, assim como, os recursos didáticos (mapas de geografia e de ciências/biologia, microscópio, materiais de laboratório, ábacos, jogos educativos, livros, didáticos, dicionários, e revistas, tais como Ciência Hoje, entre outras).

Os alunos são de origem cajueirense sendo que, uma parte deles mora na zona rural e outra na zona urbana da cidade, onde muitos realizam trabalhos no campo. Compondo uma faixa etária que varia entre 10 e 52 anos. A situação econômica não é diferente da população do país, pois sobrevivem com renda de aproximadamente um salário mínimo por família e são trazidos da zona rural, por ônibus escolares fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação, e outros de bairros adjacentes.

No ano de 2014 a escola recebeu em suas dependências 1077 alunos distribuídos nos três turnos que funcionam de segunda a sexta.

Tendo em vista os casos de TDAH, bem como o uso que se faz do material específico e a atuação do profissional nessa área tão rica e abrangente, será realizada uma

pesquisa mista, onde será abordado o aspecto qualitativo e quantitativo, fazendo um levantamento da quantidade de alunos que possuem déficit de aprendizagem e qual a função e atuação da escola nesse contexto.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os problemas de aprendizagem constituem uma situação real dentro das Instituições escolares, portanto faz-se necessário que todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem sejam leitores e pesquisadores de problemas de aprendizagem para que possa possibilitá-los a entender melhor como se dá a influência de fatores intra e extra escolares e como podem ser trabalhados de forma a minimizar problemas de aprendizagens no dia a dia da escola. Muitos alunos têm apresentado dificuldades de aprendizagens já nas primeiras fases escolares e o acompanha por um longo período de sua vida, ocasionando sérias dificuldades para desenvolver aprendizagens. Ainda são poucas as pesquisas sobre a importância da psicopedagogia como metodologia primordial para o desenvolvimento do trabalho das escolas, no combate aos problemas de aprendizagem dos alunos. Mas quando educadores escolares fazem reflexão sobre sua prática de ensino, é possível analisar o porquê do aluno não conseguir aprender e conseguem detectar fatores que estão interferindo negativamente

no processo de aprendizagem e que provocam o insucesso do aluno, da escola e da família do aluno. Para tanto, a escola precisa, recorrer aos psicopedagogos para juntos estruturarem ações, estratégias e intervenções psicopedagógicas que contribuam como solução para diminuir os problemas de aprendizagem, pois o aluno é sujeito de transformação e de aquisição de aprendizagens, dentro desse contexto, é preciso reflexão até que ponto há um envolvimento tanto das autoridades governamentais, quanto da escola como um todo e da família, pois, sabe-se das dificuldades enfrentadas pelos psicopedagogos na construção de uma identidade própria, uma vez que, esses profissionais ainda são raros dentro das instituições públicas de ensino, logo, não contribuem em uma ação efetiva por não se fazerem presentes constantemente em um trabalho de prevenção e não apenas de remediação. É um trabalho longo e lento, o que se faz necessário bastante estudo acerca do papel do psicopedagogo frente às dificuldades de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. S. A; PACHECO, M. L; FARIAS, S. S. P. **Pessoas com deficiência rumo ao processo de inclusão na Educação Superior**. Revista Digital de Pesquisa Conquer da Faculdade São Francisco de Barreiras, v.1, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

CASTANHO, D. M.; FREITAS, S.N. **Inclusão e prática docente no ensino superior**. Revista da Educação Especial, Santa Maria, n. 27, p. 85-92, 2005. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2006/01.htm>> Acesso em: 18 de jan. 2015.

DOCKRELL, J; MCSHANE, J. **Compreensão das dificuldades de aprendizagem: um enfoque cognitivo de referência**. In:_____. **Crianças com dificuldade de aprendizagem: uma abordagem cognitiva**. Porto Alegre: Artmed, 2000. cap.1, p.11-32.

FERREIRA, S. L. **Ingresso, permanência e competência: uma realidade possível para universitários com necessidades educacionais especiais**. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.13, n.1, p.43-60, jan./abr. 2007.

FUNAYAMA, C. A. R.; PENNA, M. A. **Avaliação neurológica da criança com problema de aprendizagem**. In:_____. **Problemas de aprendizagem. Enfoque Multidisciplinar**. Cidade: Alínea, 2000. cap. 1, p. 13-31.

GLAT, R.; BLANCO, L. M. V. **Educação Especial no contexto de uma educação inclusiva**. In: GLAT, R. **Educação Inclusiva: Cultura e cotidiano escolar**. 2ª Ed. Botafogo: 7letras, pág. 15-35, 2009.

GUERRA, L.B. **O sistema nervoso e as dificuldades de aprendizagem**. In:_____. **A criança com dificuldade de aprendizagem**. Cidade: Eneleiros, 2004. cap. 3, p. 17-42.

MITTL NUTTI, J. **Distúrbios, transtornos, dificuldades e problemas de aprendizagem**. Disponível em: <<http://www.psicopedagogia.com.br/artigos/artigo.asp?entrID=339>>. Acesso em 11 jan. 2015.

PAIN, S. **O problema da aprendizagem**. In:_____. **Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem**. Trad. Ana Maria Netto Machado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985. Cap. 4, p. 27-33.